



A busca da ordem temporal e espiritual na sociedade setecentista: uma nova leitura do universo barroco nos sermões do padre Antonio Vieira

ANDREA GOMES BEDIN¹

A palavra “ordem” imperou como chamada pública no século XVII. No contexto europeu, a busca pela prudência se revelou virtude necessária para a arte da boa governabilidade por parte dos monarcas, representantes dos Estados Nacionais, imersos num caldeirão de mudanças sociais, políticas e econômicas que varreram a Europa em todas as suas dimensões.

O século XVII foi um século fundacional, na medida em que nele se processaram revoluções de cunho político, fulcrais para a construção do edifício oitocentista europeu: Reforma Protestante, Mercantilismo e Escolástica jesuíta se constituíram como alicerces para uma sociedade barroca em formação, altamente hierarquizada e dirigida pela vontade divina. Esses processos engendraram mudanças significativas no seio europeu, e incitaram um novo modelo de comportamento social, pautado pela busca de um decoro apropriado para cada ambiente e nível social, com vistas ao alcance do bem comum, de uma sociedade harmônica.

Contexto histórico

Com efeito, podemos considerar que no século XVII se deu uma europeização do mundo em muitas de suas instâncias, assumindo uma tônica mais acentuada nos países Ibéricos, onde a força do Cristianismo colonizador, e por consequência a hegemonia da doutrina escolástica católica, imperou. Uma vez que a expressão do dia repousava na “busca pela ordem”, ordem esta que deveria prefigurar uma nova sociedade, os sermões de Antonio Vieira, no contexto luso-brasileiro, assumiram significativa importância, não somente enquanto palavra escrita, mas pregada também, e se revelaram portadores de uma moral específica, coadunada às demandas sociais, políticas, econômicas e religiosas, no referido período. A partir disso, esse trabalho se propõe a iluminar alguns dos escritos de Vieira, notadamente os sermões, relacionando-os ao contexto setecentista no qual foram produzidos e sua relação com a sociedade barroca do período.

¹ **Doutoranda em História pela PUC-SP, Bolsista CAPES; Prof. Orientador: Dr. Fernando Torres Londonô. / Email: andribedin@yahoo.com.br.**

Para compreendermos em que nível isso aconteceu, basta lembrarmos a situação de Portugal durante a União Ibérica (1580-1640), período em que a coroa portuguesa esteve submetida à coroa espanhola. Nesse tempo, por conta da crise econômica portuguesa², a Espanha assumiu significativa liderança, fato que contribuiu para uma superação das dificuldades existentes. De fato, há que se reconhecer a participação espanhola como fulcral para o momento português, ainda que esse processo tenha custado, em muitos aspectos, a soberania lusitana, ameaçada pela hegemonia “flamenga”. Nesse sentido, urgia recuperar a identidade da nação, a reafirmação do modo de ser português e resgatar a autoridade do monarca: afinal, Portugal, como já descrito em muitos dos sermões de Vieira, se constituía como o reino eleito por Deus para a conquista do Mundo e a disseminação do Evangelho, e seu monarca, o escolhido para tal missão.

Esta “ideologia política”, se assim podemos chamá-la, atuava em ritmo monocórdico com a religião, uma vez que a compreensão do processo restauracionista passava, obrigatoriamente, pela afirmação da eleição portuguesa, afiançada pelo discurso religioso. Por conta disso, muitos dos sermões de Vieira, providos de arcabouço político e econômico, tinham como pano de fundo o alicerce bíblico. Não exclusivos ao campo da moral cristã, serviram ao campo da orientação social, política e econômica: informavam a população acerca da situação portuguesa e da necessidade de retomar as rédeas da situação, do inimigo a ser combatido, da única e verdadeira fé a ser professada, do decoro apropriado para cada situação apresentada. Os sermões foram eficazes na arte da persuasão e do convencimento, indicando a posição de cada indivíduo naquela sociedade barroca hierarquizada.

Imerso numa crise profunda, Portugal necessitava restabelecer a ordem perdida, restaurando seu reino; para tanto, a figura de um monarca forte e prudente se fazia necessária.

Convém lembrar que as monarquias absolutistas europeias já vinham ganhando solidez desde a segunda metade do século XVI, e com o apoio da ciência histórica, ganharam uma

² Os problemas enfrentados pelos portugueses tiveram início com a crise dinástica que se abateu sobre o reino, após o vácuo deixado por D. Sebastião, quando da batalha de Alcácer Quibir. Segundo Torgal, [...] uma oportunidade prática, a crise dinástica por morte de D. Sebastião. Por isso o domínio espanhol foi quase um epílogo natural. O país, perante as dificuldades, não encontrou forças materiais e morais que criassem uma alternativa idealista e assim deixou-se cair nas mãos do forte e prestigioso Felipe II. (...) A D. António e ao povo faltava, portanto, o apoio das classes possidentes e militares e essas não podiam e não queriam resistir à força material de Filipe II. Na consciência de grande parte dos portugueses dessas classes, o domínio de Portugal pelo rei castelhano era uma fatalidade contra a qual não valia a pena lutar, mas de que haveria de tirar as maiores vantagens e os menores inconvenientes possíveis. (1981, p.72-73)

roupagem diferenciada no XVII, onde a *arte da prudência* se tornou o principal atributo do qual o monarca deveria ser portador. Não bastava apenas empreender ousada missão de reconquista do reino, mas, uma vez eleito por direito divino, prover a harmonia e estabilidade necessárias; para tanto, as ações do governante deveriam estar pautadas pela referida prudência³, que, considerada “filha da história”, se revelava essencial aos monarcas no intuito de auxiliá-los na arte da “boa governabilidade”. Havia que se reequilibrar essa nova sociedade formada a partir das mudanças europeias, a cabo das conquistas do novo mundo, com vistas ao bem comum. O rei enquanto legítimo representante do estado, ou segundo Hobbes, “o próprio Estado”, homem e servo, deveria apresentar a força necessária para o restabelecimento do reino. Essa “força” não deveria reverter-se em atitudes tirânicas por parte do monarca, mas atuar em estreita vinculação com a vontade popular, uma vez que se considerava que o rei deveria ser escolhido pelo povo, escolha esta baseada no princípio da origem popular do poder régio⁴.

No universo português, tal tarefa coube a D. João IV, o 8.º Duque de Bragança, segundo Vieira, “o Encoberto”. Nas palavras de Vieira (VIEIRA, 1968: p.179),

*(...) Assim como a Madalena, cega de amor chorava às portas da sepultura de Cristo, assim Portugal,, sempre amante de seus reinos, insistia ao sepulcro de el-rei D.Sebastião, chorando e suspirando por ele; e assim como a Madalena no mesmo tempo tinha a Cristo presente e vivo, e o via com seus olhos e lhe falava, e não o conhecia, porque estava encoberto e disfarçado, assim Portugal tinha presente e vivo a el-rei nosso Senhor, e o via e lhe falava, e não o conhecia. Por quê? Não só porque estava, senão porque **êle era o Encoberto**. Ser o Encoberto, e estar presente, bem mostrou Cristo neste passo que não era impossível. (...)*

Para tanto, D. João haveria que testificar, através da História, a eleição portuguesa e a legitimidade de sua eleição. A história, uma vez considerada “mestra da vida” (*Historia magistra vitae*), encarregava-se de fornecer os modelos vitoriosos de um passado próspero, como o ocorrido com Portugal que, ao longo do século XVI, desempenhou papel central nas conquistas do ultramar. Mesmo assim, essa tarefa não seria fácil de realizar, tendo em vista a

³ A prudência foi algo muito valorizado pelos jesuítas em seu processo de formação. Segundo BEDIN (2015, p.32), “(...) Ao lado do conceito de “obediência”, Loyola introduziu o conceito de “prudência”, uma espécie de Atividade reflexiva que deveria ser realizada tanto por aquele que obedecia quanto por aquele que emitia a ordem. Guiada pela prudência, a obediência tornava-se uma prática reflexiva e consciente, nada arbitrária e unilateral, mas de comum acordo, tanto no tocante ao obedecer quanto ao de dar ordens.”

⁴ Cf. LIMONGI (2002), foi o próprio Hobbes que define a ideia central acerca do significado do poder real, consubstanciado na figura do Estado. Este rei, escolhido por vontade popular, e sob eleição divina, seria o único capaz de mediar as relações entre os homens e mediar a paz. Nos casos onde a paz não fosse alcançada, o Estado-rei deveria intervir coercitivamente.

insegurança que assombrou o período e as oposições sofridas por D. João IV, num quadro de intensas disputas pelo trono, contra a já fragilizada Espanha e a gigante Holanda.

A historiografia de louvor aos feitos heroicos portugueses assumia, ao longo do XVII, um caráter mais particularista, voltado às necessidades do reino português cuja identidade se intentava resgatar. Havia que se fundamentar a eleição portuguesa no processo histórico (e nas vitórias portuguesas obtidas no passado) a fim de auxiliar o monarca nessa empreitada.

A restauração, espinha dorsal de todo esse processo, anunciava uma nova era na história de Portugal, o restabelecimento do equilíbrio perdido, protagonizando um modelo de civilização, do homem barroco, da sociedade de corte, da escolástica jesuíta. Importava, portanto, restaurar a “ordem perdida”. De acordo com Torgal (TORGAL, 1977: p.88-89),

(...) A Restauração nos seus primeiros momentos aparece, assim, com um intuito de conservação da ordem sócio-política[...] o estado de guerra que naturalmente teria de promover a ordem social mais a ela ligada, a nobreza, o providencialismo místico que acompanhou nosso movimento de <<redenção nacional>>, a necessidade de captar as simpatias das Igreja e da própria Inquisição, como meios, entre outros, se conseguiu a ratificação pontifícia da nossa independência[...]

Nesse contexto, os sermões de Vieira assumiram importância central. Personagem multifacetado, importante personalidade na corte portuguesa, Vieira fez uso poderoso dos sermões que, de importância central no século XVII, agiram enquanto armas de persuasão social.

Para compreendermos a lógica presente nas entrelinhas dos sermões vieirianos se torna necessário recuar a 1580, período anterior à restauração, quando Portugal, mesmo às portas da iminente crise, ainda se mantinha, na expressão de FRANÇA (1997: p.114), sob os auspícios da “grandeza da casa de Bragança”.

Para o autor, o século XVII foi essencialmente ibérico e marcado, desde 1580, pela formação do Império ibero-cristão que triunfou na Espanha e em Portugal. O caráter religioso que marcou esses reinos ibéricos certamente apresentou nuances completamente distintas da influência religiosa protestante, disseminada pelo restante da Europa. A ação dos reformadores⁵, ao contrário do que ocorreu no restante da Europa, encontrou tímida ação em

⁵ Segundo Morse (1988, p.47), Lutero identificou concepções distintas sobre a crença: ou o indivíduo tinha uma crença sobre Deus ou tinha uma fé em Deus, ou seja, “[...] entre uma crença adquirida de que Cristo morreu e ressuscitou e a “verdadeira” fé ou certeza interior de que Ele o fez “por mim e por meus pecados.” Disso, segundo o autor derivariam conhecimentos distintos; o primeiro, teórico, baseado no reconhecimento de um

solo espanhol e, por conseguinte, em solo português. Enquanto que a Itália (e outros reinos) abraçava as mudanças da ciência e cultura renascentistas e a elas se adequava, os reinos ibéricos, mesmo a cabo das mudanças ocorridas (como por exemplo a criação de muitas Universidades em solo espanhol), não se moldaram a essas mudanças; outrossim, adaptaram instituições criadas à filosofia do Estado monárquico. Isso se deveu ao fato de que esses reinos possuíam forte influência teológica desde seu processo de formação, sendo que a natureza de seus governos, suas fontes de legitimidade, nas palavras de Morse (MORSE,1988: p.39), deveriam assumir a “[...]” responsabilidade de assegurar justiça e equidade, sua missão “civilizadora” em face dos povos não cristãos de seu território e de ultramar”. No que diz respeito à Europa Ibérica, Morse reforça que “[...] a Espanha oferecia um cenário[...] em que as alternativas políticas eram buscadas dentro de uma matriz de interesses teológicos, morais e filosóficos.”

Muito embora esses reinos tenham sofrido as novas influências das correntes humanistas, fato que se estendeu da Espanha a Portugal, cuja intelectualidade viu suas produções irem ao encontro dessas influências, inclusive as produções dos teólogos da Companhia de Jesus, o fato é que toda essa gama de informações, ainda que amalgamada à essência nacional, terminava por favorecer a necessidade nacional e social em primeira instância, mais do que as aventuras intelectuais privadas, devendo voltar-se essencialmente ao bem coletivo, ou seja, ajustar-se ao formato daquela sociedade.

Analisando a situação peculiar dos reinos de Portugal e Espanha, percebemos, pelo indicado por Morse (idem, p.42), uma necessidade, no que tange ao período em estudo, de conciliar a racionalidade do Estado moderno recém-formado com os requisitos impostos pela nova ordem estabelecida, portadora de mudanças advindas das descobertas científicas e na nova forma de ver e pensar o mundo. Havia que se adaptar os resquícios da vida cristã à tarefa de “incorporar” povos não cristãos à civilização europeia. Importava construir um novo estado, um novo mundo, uma nova ordem. Essa nova ordem encontrou respaldo na filosofia neotomista que, a cabo de diversas mudanças e revisões, terminou por ser adotada nos países ibéricos. Com isso, optava-se por “modernizar a teologia”, imprimindo uma nova direção espiritual aos padrões tradicionais estabelecidos. Mas como fazê-lo?

princípio verdadeiro; o segundo, de adesão protestante, um conhecimento “acústico”, nas palavras de Gerhard (1582-1637), adquirido mediante a palavra ouvida como a voz de Deus. Desses conhecimentos derivariam dois métodos: o da racionalidade formal-objetiva do tomismo (primeira opção) e o da racionalidade dialético-pessoal da teologia protestante.

Voltemos ao caso português.

Se fizermos uma pequena retrospectiva, de preferência ao período anterior ao da União Ibérica, anteriormente mencionado, recordaremos as várias etapas históricas da crise que se abateu sobre Portugal, por ocasião da batalha de Alcácer Quibir que, aliada à perda de territórios na África, teriam deflagrado o início do declínio de um reino, outrora próspero.

Se observarmos, notaremos que a história de Portugal sempre foi pautada por um certo milenarismo a envolver a figura dos reis. Ao longo do século XVI, particularmente, houve um intenso florescimento de utopias no imaginário social, de caráter racional e mítico, muito por conta das viagens de navegação empreendidas por estes reinos. Sabe-se que nesse século, grandes marcos históricos, tais como Reforma Protestante, Renascimento cultural e científico, florescimento da arte e da cultura, propiciaram o desenvolvimento dessas utopias que vinham de encontro aos ideais sociais, políticos, econômicos e religiosos do poder constituído, consubstanciado nos Estados monárquicos absolutistas. Segundo Menezes (MENEZES,2015: p.22),

[...] haviam motivado os sonhos e a crença em um mundo melhor. Contudo, se o início da modernidade possibilitou o surgimento de utopias influenciadas pela racionalidade, também engendrou utopias de caráter místico, ou mais especificamente milenaristas, revigorando as crenças escatológicas.

No caso português, esse milenarismo, de certa forma misturado a crenças messiânicas de origem judaica, terminou por converter-se no conhecido sebastianismo, crença segundo a qual, D. Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir (4/8/1578), retornaria a fim de reassumir o trono português, convertendo-o no Quinto Império, algo já previsto por Vieira em muitos de seus sermões.

D. Henrique foi o monarca que assumiu o trono na ausência de D. Sebastião, durante um breve período; logo após, Felipe da Espanha assumiu a coroa, por ocasião da União Ibérica (1580-1640). Nesse período, ainda que a Espanha tenha concedido certa preservação da autonomia portuguesa, no que tange à administração política e administrativa do reino português (Portugal foi governado por um Vice-Rei indicado pelo rei espanhol), o fato é que, na prática, os dois reinos respondiam ao rei espanhol, tão somente. Essa situação apenas mudaria em meados de 1640, quando ocorreu o processo de restauração do reino português, entregue às mãos de D. João IV, 8º. Duque de Bragança. Tinha início a hegemonia da casa de Bragança (mencionada anteriormente). Fortalecia-se o messianismo bragantino, na figura do

rei “encoberto”, e, aos poucos, esvaziava-se o mito sebastianista, na figura do rei “desejado”. As trovas de Bandarra, a quem muito Vieira recorreu, ainda que escritas entre os anos 1520 e 1540, reforçavam muito o mito em torno da figura de D. Sebastião; posteriormente, Vieira faria a devida “adaptação” para a figura de D. João IV.

De todo modo, importa observar que o carisma existente em torno da figura dos reis em Portugal foi algo construído historicamente, e, portanto, de extremo valor para essa sociedade. Ao rei atribuíam-se não somente a responsabilidade sócio-política do reino, mas a direção espiritual de seus súditos, encastelados numa estrutura barroca de sociedade, fortalecida ao longo do XVII.

Cabia ao monarca a conservação de seu reino; diante das conquistas do ultramar,urgia legitimar o governo e incorporar esses novos povos. Essa tarefa vinha obrigatoriamente articulada à dinâmica social portuguesa, que demandava a presença de muitas classes meio que amalgamadas entre si. Segundo Mauro (MAURO, 2012: p.448), (...) A estrutura social de Portugal era diferente de qualquer outra da Europa, não apenas por causa do importante papel que o rei desempenhava na economia e da falta de uma “burguesia nacional” no sentido comum do termo, mas também porque [...] Portugal não tivera a experiência de um sistema feudal”, ou seja, o rei passava praticamente a exercer boa parte das funções, bem como deveria ser o responsável por regulamentá-las, não necessitando dividir espaço com a nobreza⁶, como ocorrera em outros reinos europeus. Não podemos nos esquecer da instituição do Padroado português que acrescentava ao rei, além dos poderes temporais, acesso às decisões relativas ao campo espiritual, habilitando-o a escolher e nomear bispos e padres, outorgando-lhes benefícios diversos, pelo menos dentro de suas possessões ultramarinas.

Também cabia ao monarca a administração e aplicação da justiça no reino. Para tanto, o rei deveria contar com um conselho de letrados, considerados importantes sábios e conselheiros do período. Segundo FRANÇA (1997), durante o governo dos Filipes, a corte contava com um grande número desses letrados, na expressão do autor “infensos” ao domínio castelhano, mas igualmente importantes para a preservação da tradição portuguesa e preservação das chamadas do messianismo bragantino. O autor reforça que a conservação e ajuste desse reino dependiam dos conselhos desses letrados. Os Sermões de Vieira incorporaram boa parte

⁶ Segundo Magalhães (2000), essa possivelmente tenha sido a causa do não apoio de parcela da nobreza lusitana à causa restauracionista. A princípio não se era contra a união das coroas ibéricas, desde que isso não significasse a perda de privilégios e posições junto à corte, por parte dessa nobreza.

dessas “regras” e direções e serviram como fontes de aconselhamento a diversos monarcas, não somente portugueses, mas especialmente a D. João IV.

A centralização do poder, cujo processo teve início em meados do século XV, se revelou fundamental para o sucesso do reino português: consolidou o poder político com a conquista de Ceuta (1415), por D. João, e criou as bases para a expansão marítima portuguesa, rumo à construção de seu império. Com isso, abriu-se um novo ciclo da história de Portugal, pois o pequeno reino ibérico havia se transformado numa grande potência dos mares.

O crescimento do reino veio acompanhado de reformas legislativas necessárias à administração do largo número de tarefas subsequentes a esse crescimento. Essas reformas tinham por objetivo regulamentar as atividades estatais, outrora assentadas nas mãos dos monarcas. Compiladas nas Ordenações Filipinas (1603), essas reformas possibilitaram, segundo Montagnoli (MONTAGNOLI, 2011: p.53), “[...] a frequente tentativa histórica de os povos consolidarem os poderes instituídos, possibilitando melhor distribuição de justiça”. Essas reformas, portanto, seriam substanciais para a constituição da sociedade portuguesa no século XVII.

A legitimidade do poder real encontrava-se sustentada pelas ordenações, onde ficava claro que todo poder emanava do rei, a cabeça do corpo místico do reino, pois proveniente de Deus. Todo esse processo era extensivo às colônias do ultramar.

Regente de toda sociedade portuguesa do século XVII, o rei deveria ordenar as relações pessoais individuais e coletivas, inclusive no ambiente das colônias. As regras que delimitavam essas relações, uma vez ligadas à realidade social, expressavam condutas e comportamentos diversos.

Numa sociedade nomeadamente “barroca”⁷, o governante, ainda que imbuído de atribuições temporais e espirituais, poderia vir a carecer de forças ou de meios para enfrentar situações adversas que viessem a ocorrer; nesses casos, conforme Morse (1988: p.67), o soberano devia recorrer à *raison d'état* ou razão de estado, não voltada à mobilização de recursos para fins utilitários, mas sim à confiança na perspicácia política. Diante das circunstâncias da época que imprimiam uma nova dinâmica ao reino, a *raison d'état*, segundo Morse (MORSE: idem,

⁷ O uso do termo barroco neste texto não pretende esgotar, e nesse sentido, limitar, o significado da palavra; pretende apontar algumas referências características ao século XVII, no que tange as questões sociais e políticas, em especial. Mais detalhes sobre a rica abrangência desse conceito, consultar BEDIN, Andrea G. A Igreja Nossa Senhora do Rosário, Embu das Artes (SP): arte e educação jesuíticas. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUCSP, 2014.

p.68), “[...] foi generalizada de princípio de governo a estratégia de enfrentamento de situações, moral de acomodação que permeava toda a sociedade.” Estabelecia-se, portanto, a sociedade nos padrões barrocos, hierarquicamente organizada, tendo suas funções temporal e espiritual legitimamente definidas.

Nesse contexto, o movimento restauracionista pretendia, num primeiro momento, convalidar a figura do monarca e sua missão no reino. No entanto, a restauração, além da questão identitária, se revelava uma questão de ordem econômica para Portugal, na medida em que o momento era de crise do Império espanhol e de muitas perdas de possessões portuguesas em função dos muitos conflitos internacionais ocorridos com os Países Baixos e com a Inglaterra. A situação conflituosa da Espanha no cenário internacional colaborava para acelerar essa crise, afetando sobremaneira a economia lusitana que se vira obrigada a assumir um ônus de uma guerra que não era sua. Segundo Magalhães (MAGALHÃES, 2000: p.42), “(...) A ameaça ao império português seria, no entanto, uma das facetas que levaram à restauração pois, [...], o que realmente motivara o movimento de 1640 fora uma crise no seio da nobreza[...]”, ou seja, um encadeamento de elementos e interesses que contribuiriam para aprofundar uma cisão interna no seio da sociedade portuguesa. Talvez um estudo mais apurado sobre a nobreza lusitana nos ajude a compreender o papel dos letrados na sociedade lusitana pré e pós restauração, e o quanto a dinâmica no interior dessa classe poderia ter auxiliado no estabelecimento do poder real em Portugal, no referido período. Por ora, importa-nos refletir em que medida os blocos políticos existentes nesse período, o que inclui parte dessa nobreza, teriam se unido em prol da restauração e quais os interesses por trás do apoio fornecido.

Sobre a existência de interesses políticos e econômicos, é fato que havia. Acrescenta-se a isso algo que Magalhães discute sobre a dificuldade de formação da identidade portuguesa face a uma sociedade que se revelava extremamente plural, muito distante do que seria uma unidade portuguesa de fato. Essa divisão atravessava o campo religioso, cuja população incluía, não somente católicos, mas também não católicos, o que incluía judeus e indígenas não convertidos. Essa diversidade na fé teria colaborado, segundo o autor (IDEM: p.48), para criar “[...] um fator de união, principalmente após o desaparecimento de D. Sebastião e posterior anexação da coroa lusitana ao monarca espanhol, baseado em um providencialismo que identificava o povo português como o escolhido por Deus[...]”. Ao que parece, a soma dos acontecimentos ocorridos nas esferas política, econômica, social e religiosa teria resultado numa ideologia pró-restauração, consubstanciada nos escritos civis e de caráter religioso.

Nos sermões de Vieira, uma nova ordem para o mundo setecentista português

Os sermões de Antonio Vieira, além de promover a aproximação do ouvinte com as temáticas desenvolvidas ao longo dos discursos, procuravam conduzi-lo ao necessário conhecimento da realidade colonial e metropolitana, no que tange aos usos e costumes e à realidade econômica e política do reino, levando à plenária assuntos de interesse coletivo, necessários à solidificação do reino que se intentava restaurar. É Vieira (VIEIRA, 2009: p.64-65) quem relata no *sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, as vitórias dadas por Deus a Portugal, bem como as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas ao longo dos setecentos e a eleição divina dos monarcas lusitanos,

Ouvimos – começa o profeta – a nossos pais, lemos nas nossas histórias, e ainda os mais velhos viram, em parte, com seus olhos as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas, que por meio dos portugueses obrou em tempos passados vossa onipotência, Senhor. “Tua mão, para plantá-los, tirou da terra outros povos: despedaçaste as nações para o teu povo expandir-se” (Sl 43,3): Vossa mão foi a que venceu e sujeitou tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas, e as despojou do domínio de suas próprias terras para nelas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raízes, e para nelas os dilatar, como dilatou e estendeu em todas as partes do mundo, na África, na Ásia, na América.[...]Não havia de ser assim- dizem – se vivera um Dom Manoel, um Dom João, o Terceiro, ou a fatalidade de um Sebastião, não sepultara com ele os reis portugueses.

Os sermões se revelaram portadores de uma moral que, alicerçada no religioso, buscava dar conta de explicar os direitos dos reinos expansionistas sobre as terras recém-descobertas e o tipo de relação a ser estabelecida com seus habitantes, a fim de convalidar o modo de vida apregoado pelo catolicismo.

A essência dos sermões revelou os anseios proféticos nacionalistas lusitanos num tempo de crise da identidade do reino abalada pela dominação flamenga e holandesa. Buscava-se reforçar a possibilidade de revivescência⁸ dos tempos áureos da coroa portuguesa em seu expansionismo colonial. Os sermões, ao que tudo indica, buscavam reativar o elemento “memória” em seu público ouvinte, memória essa assentada sobre o histórico português de vitórias e conquistas. Segundo Maria Leda Oliveira (2011), Vieira teria recorrido ao estudo da

⁸ No caso português, a História fornecia os modelos de vitória passados como referência para conquistas futuras. Porém, vale ressaltar que, nesse período, a atitude de “recorrer” à História não se resumiu a uma mera reprodução dos exemplos passados (como fora no século XVI), pensando a Europa de modo geral, mas numa análise criteriosa que deveria levar em conta não somente os sucessos, mas os fracassos passados, por parte de cada reino; com isso, evitar-se-iam atitudes equivocadas por parte dos governantes.

história a fim de conferir legitimidade aos seus escritos. Reafirmando não ser profeta (segundo Vieira cabia a Bandarra esse papel) Vieira colocou-se, na visão da autora, enquanto historiador, tendo recorrido a obras de vários tratadistas e historiadores do período. Nas palavras de Lopes (LOPES, 2010: p.167)

[...] Vieira imaginou ser possível extrair da admiração provocada por seu novo gênero de História a mais completa fruição literária. Naturalmente, essas são exigências quanto a estilo, forma e conteúdo. Mas, esse artefato intelectual elaborado, que o autor pretendia colocar à disposição de figuras de proa da alta política, não poderia ser o instrumento de tomada das posições disputadas na guerra de guerrilhas travadas com seus oponentes desde os quinze anos gloriosos vividos ao longo do D. João IV? Sim, porque da mesma forma que outros autores modernos – Erasmo, Maquiavel, Hobbes, Fénelon, Bossuet – Vieira tinha a oferecer as suas lições de História ao príncipe [...]

Por meio de uma noção neotomista⁹ do mundo, Vieira pretendeu ressaltar a busca pelo elemento humano, muito peculiar em seu discurso, e a importância do elemento civil que, ao lado do ‘religioso’, se mostrava fundamental para o entendimento da história e formação do Brasil propriamente dito. A ação humana na história assume centralidade nas pregações da Companhia, aparecendo de maneira incisiva nos sermões vieirianos.

Enquanto produtos da sociedade portuguesa no referido século, os sermões foram portadores de uma função social própria e provocaram tensões no mundo que intentavam representar. Disseminadores de uma nova forma de ver a história¹⁰, os sermões de Vieira destrincharam a estrutura barroca luso-brasileira, expondo visceralmente suas fragilidades e virtudes, e preparando um novo porvir para Portugal, intimamente associado à missão de seu reino na Terra.

Tendo como pano de fundo a providência divina, os sermões encenaram um drama barroco regido pelas leis divinas, e, neste sentido, terminavam por estabelecer uma nova ordem que,

⁹ Segundo Zeron (2014), a noção tomista de lei e de direito natural buscou, segundo muitos historiadores, retirar a legitimidade à prática predatória dos conquistadores, ao mesmo tempo que validava juridicamente o processo de formação das sociedades coloniais americanas. Portugal, assim, como outros reinos europeus, buscou incorporar os índios pacíficos e legitimamente à monarquia católica. A ação da igreja teria sido efetiva nesse sentido, na medida em que muitos teólogos juristas ibéricos, assim como na América, teriam colaborado para legitimar a conquista de colônias na África. Os reis, mesmo tendo recebido o poder para governar, não poderiam, em hipótese alguma, atentar contra o direito natural.

¹⁰ De maneira geral, a ideia de História posta para o século XVII, absorvendo elementos do renascimento, orientou-se por uma visão mais fracionada das áreas de conhecimento, tais como a Filosofia, Artes, História etc., a partir da influência do pensamento de Descartes, muito embora no contexto ibérico a produção da história tenha se mantido atrelada ao contexto teológico.

mesmo voltada ao mundo lusitano, se pretendia universal. Segundo Frangiotti (FRANGIOTTI, 1986: p.118),

(...) A providência quer, portanto, a ordem; se a ordem não é outra coisa que a vontade de Deus, quase tudo se faz contra sua vontade. Todas as perseguições (...), a prosperidade dos tiranos, tudo isto é contra a ordem, e por conseguinte, contra a vontade de Deus(...).

A missão portuguesa, claramente evidenciada nos sermões, sempre se encontrou respaldada pelas ações da providência divina, elemento que perpassa toda produção vieiriana.

Para Frangiotti, a doutrina da providência sacralizava as estruturas existentes como produtos de causalidade divina. Nesse sentido, foi neste contexto em que se pôde ver a vontade de se estabelecer alianças entre os poderes eclesiásticos e políticos, o que pode ser atestado por várias encíclicas papais que mencionam a respeito, apontando as vantagens desse acordo para ambos os lados.

A sociedade “barroca” representava e encenava esta ordem posta pela providência, apontando o lugar a ser ocupado por cada indivíduo, com vistas à harmonia do corpo e alcance do bem comum. Cabia à igreja o papel de educar as “mentes” e os “corações” a fim de que esta ordem pudesse ser alcançada e mantida. Apelar a esse plano divino-natural, providencialmente estabelecido, onde cada um tinha o seu lugar, se revertia em uma forma de dominação da classe dominante.

Muitos sermões, enquanto ferramentas poderosas de persuasão moral, agiram no sentido de reforçar a ordem estabelecida, e neste sentido, colaboraram para “amortecer” o espírito de revolta ou reivindicação dos trabalhadores, ao mesmo tempo que trouxeram à baila questões de interesse comum, e provocaram discussões de impacto social significativo.

Considerações finais

O século XVI engendrou mudanças e transformações sociais, políticas e econômicas que, uma vez consolidadas no XVII, fortaleceram as bases da sociedade de corte europeia, legitimando os valores intrínsecos a ela. Definia-se, assim, a essência da razão de Estado absolutista, alicerçada na prática do bem comum. Nessa dinâmica, a figura do monarca assumiu notável importância, na medida em que representava a ordem social e o equilíbrio político do reino. Em Portugal, D. João IV, o “soberano” dos sermões vieirianos, assumiu, como o rei eleito por Deus, a liderança da missão cristianizadora no mundo, prefigurando a cabeça do corpo

místico dessa sociedade permeada por profundas mudanças resultantes dos ares da contrarreforma e da conquista do ultramar.

Caberia a esse soberano eleito receber a orientação necessária que pudesse lhe conferir segurança na arte da “boa governança” e prudência no trato das questões do reino, função esta que somente a História, mestra de todas as disciplinas, poderia lhe fornecer. Coube, portanto, aos historiadores e tratadistas do período, a tarefa de fornecer o arcabouço teórico necessário aos monarcas, a fim de que estes pudessem governar com sabedoria e prudência diante das situações que se apresentassem. Neste sentido, a produção escrita do século XVII foi, sem sombra de dúvidas, notável e de caráter singularmente rememorativo. De acordo com Zulmira Santos (SANTOS, 2009: pp.253-254),

A “história” permitia, não apenas reconstruir a memória, clarificando e concretizando as ligações ao passado que forjavam e legitimavam a identidade de cada família religiosa, mas também um modelo de actuação que quase implicava a existência de uma “personalidade” espiritual.

Antônio Vieira, um sacerdote cujas funções superaram as fronteiras da fé, desempenhou papel fundamental nesse sentido, absorvendo da história os méritos necessários para alçar o reino português, representado por D. João IV, à sua condição soberana de líder cristão do Novo Mundo. Para tanto, ainda que sua produção escrita tenha se desenhado à sombra da providência divina, manteve fiel referência à produção historiográfica do período, seja pelos conhecimentos e contatos que possuía, mas, principalmente, pela urgência da legitimação da aclamação do monarca português diante de um momento crítico vivenciado pelo reino. Ao que tudo indica, Vieira recorreu à história em suas múltiplas dimensões e possivelmente inaugurou uma nova produção escrita no período, que, uma vez referendada por modelos do passado, desencadearia ações prudentes no presente, com vistas ao porvir. Esta história, não cegamente submetida aos modelos do passado, passou a estabelecer a distinção entre os sucessos passados e os acontecimentos presentes que intentava justificar. Mesmo por conta das influências das obras de Descartes, que delinearam uma separação entre a fé e a razão, a historiografia produzida ao longo do século XVII, cujos traços marcam os sermões de Vieira, ainda que tenha buscado referências em vitórias e exemplos do passado português, manteve na ordem do dia a noção de tempo oportuno, aberto à ação humana para a construção de sua história.

Por fim, o que Vieira propôs foi uma forma muito particular de escrita que terminou por conceber uma nova história que, caminhando na contramão dos fatos, alicerçou-se no manejo de certezas inquestionáveis, que “estavam por vir”, pois encontravam-se fundamentadas numa concepção de história sagrada e providencial.

Referências bibliográficas

- BEDIN, Andrea G. **A igreja Nossa Senhora do rosário de Embu das Artes (SP): arte e educação jesuíticas**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUCSP, 2014.
- CALAFATE, Pedro. Ética, política e razão de Estado em Antônio Vieira In **Revista Portuguesa de Filosofia**. T53, Fasc.3, Padre Antonio Vieira (jul-sep.1997), pp.375-392.
- FRANÇA, Eduardo O. **Portugal na época da restauração**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GALLI, Sidinei. **A cruz, a espada e a sociedade medieval portuguesa**. São Paulo: Editora arte e ciência UNIP, 1997.
- HANSEN, João A. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Atual, 1986.
- _____. **Alegoria: construção e interpretação da metáfora**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. Artes seiscentistas e teologia política. In **Arte Sacra Colonial: Barroco memória viva**. Percival Tirapeli (org.). São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. pp. 180-189.
- _____. *Ratio Studiorum* e política católica ibérica no século XVII. In **Tópicos em História da Educação**. Diana Gonçalves Vidal; Maria Lúcia Spedo Hilsdorf (orgs.). 1. ed. São Paulo: Edusp, 2001. v. 1, pp. 13-41.
- LIMONGI, Maria Isabel. **Hobbes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- MAGALHÃES, Leandro H. **A legitimidade da Restauração portuguesa a partir do Discurso do Padre Antônio Vieira (1641-1661)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação da UFPR, Curitiba, 2000.
- MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750. In **História da América Latina: América Latina Colonial**, volume I, org. Leslie Bethell. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.
- MENEZES, Sezinando Luís. **Antônio Vieira: O império do outro mundo e o império deste mundo**. Maringá: EDUEM, 2015.
- MONTAGNOLI, Gilmar Alves. As Ordenações Filipinas e a organização da sociedade portuguesa do século XVII In **Revista Urutágua – academia multidisciplinar – DCS/UEM**, n.24, pp.50-58, mai-jun-jul-ago, 2011.
- MORSE, Richard. **O espelho de próspero: cultura e ideias nas Américas**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

- PAES, Maria Paulo D.C. **A sociedade do corpo místico**: a formação do império e a fundação da América portuguesa. Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

- SANTOS, Zulmira. A produção historiográfica portuguesa sobre a História religiosa na época moderna: questões e perspectivas. In **Veritati** - Repositório Institucional da Universidade Católica portuguesa. Disponível em http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4543/1/LS_S2_21_ZulmiraCSantos.pdf%202009. Acesso em 10/08/2017.

- TORGAL, Luís Manuel R. A Restauração: Breves reflexões sobre a sua historiografia In **Revista de História das Ideias**, Vol.1, 1977, p.23-40.

- ZERON, Carlos Alberto M.R. A Ocidente do Ocidente: Linhas e perspectivas em confronto. In **Revista de História** (São Paulo), n.170, pp.77-106, jan-jun., 2014.